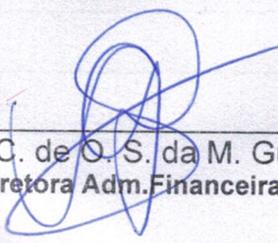
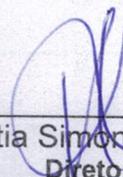


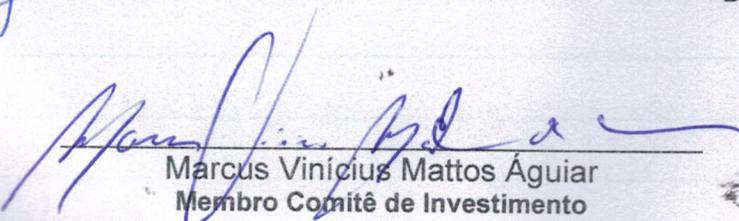
**ATA SUMÁRIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO 2021  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUATIS/RJ**

DATA, HORA E LOCAL: Em 16 de Abril de 2021, às 09h, na sede do Quatisprev, situado na Rua cel. Francisco Balbi, 275, nesta cidade. MEMBROS PARTICIPANTES: Katia Simone de Oliveira – Presidente do QUATISPREV; Grasielle Cristina de Oliveira Salazar da Mata Guimarães – Diretora de Administração e Finanças do QUATIS PREV; Marcus Vinícius Mattos Águiar – Membro do Comitê de Investimento deste Instituto PAUTA: **1)** Saldo Financeiro; **2)** Apresentação do Relatório Análítico dos Investimentos em Março de 2021; **3)** Sugestão de Relocação para Março e Abril até a próxima reunião; ASSUNTOS TRATADOS: A reunião foi presidida pela Responsável pelo QUATISPREV senhora diretora presidente Katia Simone de Oliveira que iniciou cumprimentando a todos os presentes, passando ao primeiro tópico da pauta: Saldo do Instituto no final do mês de Março no Valor de R\$ 43.762.999,77. O Relatório Análítico dos Investimentos 1º a carteira consolidada de investimentos – base (Março/2021), passando ao 2º enquadramento na resolução 3.922/2010, 4.392/2014 e política de investimento – base (Março/2021), 3º Retorno dos investimentos de renda fixa e benchmark's (Março/2021); 4º Distribuição dos ativos por administradores e sub-segmentos – base (Março/2021); 5º Retorno e meta atuarial acumulados no ano de 2020, 6º Gráficos ilustrado de evolução patrimonial e indicadores, 7º Retorno dos investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de (Março/2021) – renda fixa, 8º Retorno dos investimentos após as movimentações (aplicação e resgate) no mês de (Março/2021) – renda variável; CONSIDERAÇÕES: Após apreciação do relatório, observou-se que dentro dos parâmetros estabelecidos por lei e considerando o cenário mundial: Que dados recentes de janeiro de 2021 e estimativas da Dimac do Ipea para fevereiro mostram que a trajetória de recuperação continuou no primeiro bimestre deste ano na indústria e, principalmente, nos serviços. No entanto, o agravamento recente da pandemia, que culminou no quadro atual de forte pressão sobre o sistema de saúde, vem motivando os governos estaduais e municipais a reintroduzir medidas impositivas de isolamento social. Se, por um lado, se espera que a nova rodada de restrições possa ajudar a conter o número de novos casos da doença e aliviar o sistema de saúde, por outro lado, aumentam as incertezas em relação ao desempenho da economia no curto prazo. O impacto negativo sobre a atividade econômica tende a ser significativo, mas menor do que no segundo trimestre do ano passado. O desequilíbrio fiscal é analisado na perspectiva do orçamento de 2021 recém-aprovado pelo Congresso, especialmente em relação ao cumprimento do teto de gastos, e do impacto da aprovação da Emenda Constitucional (EC) no 109, derivada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, sobre a sustentabilidade das contas públicas em prazo mais longo. Argumenta-se que a necessidade de duras medidas de contenção de despesas visando ao cumprimento do teto de gastos em 2021, que já era significativa, foi magnificada pelo Autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) aprovado. Contudo, dado o já relativamente baixo nível das despesas discricionárias, o espaço para o ajuste requerido é estreito, havendo risco de interrupção parcial ou total de algumas atividades ou programas públicos. Faz-se necessária, portanto, a busca por uma solução que envolva a revisão de parte da programação orçamentária aprovada no Autógrafo do PLOA. No que se refere à sustentabilidade da política fiscal no longo prazo, entende-se que a EC no 109 seja um passo importante na direção correta, ao proporcionar instrumentos e reforçar princípios relevantes para o equilíbrio fiscal intertemporal. Um dos determinantes de seus impactos, porém, será a aprovação de leis complementares que regulamentem algumas das alterações constitucionais. Ao longo do tempo, o impacto final da EC no 109 sobre as contas públicas ficará mais claro. Neste contexto de incertezas de política fiscal e relacionadas à pandemia, a previsão da Dimac/Ipea para o PIB de 2021 é de um crescimento de 3%, com recuo de 0,5% do PIB no primeiro trimestre, na comparação com ajuste sazonal. Ainda que uma nova rodada de medidas fiscais de combate aos efeitos da pandemia esteja programada para começar em abril, o impacto negativo sobre a atividade econômica tende a prevalecer no primeiro semestre, embora em magnitude significativamente menor do que a verificada no ano passado. No segundo semestre, o cenário considerado na projeção é que a cobertura vacinal contra a Covid-19 esteja avançada e permita a retomada do crescimento devido ao aumento da confiança dos consumidores e empresários e à redução de medidas de isolamento social. Para 2022, a Dimac/Ipea projeta um aumento de 2,8% para o PIB. Embora esse resultado do ano seja inferior ao previsto para 2021, o cenário caracteriza-se pela manutenção, ao longo de 2022, da retomada da atividade esperada para o segundo semestre deste ano. O Banco Central manteve sua estimativa de inflação para 2021 no cenário de referência, que utiliza juros conforme o Relatório de Mercado Focus e câmbio atualizado de acordo com a Paridade do Poder de Compra (PPC). Segundo o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado nesta quinta-feira, este cenário indica um IPCA de 5,0% para este ano. O percentual é o mesmo que constou na ata e no comunicado do último

encontro do Comitê de Política Monetária (Copom). Para 2022, o cenário de referência indica que o IPCA ficará em 3,5%, também igual à ata e ao comunicado. A projeção para o IPCA de 2023, pelo cenário de referência, está também em 3,5%. Para 2021, a meta de inflação perseguida pelo BC é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 2,25% a 5,25%). Para 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 (taxa de 2,00% a 5,00%). Para 2022, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5 (taxa de 1,75% a 4,75%). O Banco Central também divulgou no RTI, suas projeções de inflação de curto prazo, que abarcam os meses de março a maio de 2021. Neste período, de acordo com o BC, a pressão dos preços vai diminuindo. A previsão do BC para o IPCA para março é de +0,82%. Já a projeção para abril é de +0,61% e, para maio, de +0,31%. No trimestre, a inflação ficará, pelos cálculos da autoridade monetária, em 1,5%. Já a previsão para o acumulado de 12 meses até maio está em 7,70%. No Focus mais recente, divulgado na última segunda-feira, dia 22, as projeções do mercado financeiro para o IPCA eram de +0,90% em março, +0,45% em abril e +0,26% em maio. Teto da meta. O Banco Central informou também que a probabilidade de a inflação de 2021 ficar acima do teto da meta, de 5,25%, está em 41%. O cálculo tem como base a Selic variando conforme o Relatório de Mercado Focus e o câmbio atualizado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC). Já a probabilidade de a inflação ficar abaixo do piso da meta em 2021, de 2,25%, é de apenas 1%. Para 2022, a probabilidade de estouro do teto de 5,00% da meta é de 14%, a mesma taxa prevista para a possibilidade de estouro do piso de 2,00%. Para 2023, a probabilidade de estouro do teto de 4,75% da meta é de 18%. Já a possibilidade de estouro do piso de 1,75% da meta é de 10%. Para 2021, a meta de inflação perseguida pelo BC é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 2,25% a 5,25%). Para 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 (taxa de 2,00% a 5,00%). Para 2022, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5 (taxa de 1,75% a 4,75%). Portanto diante destas expectativas parciais até a presente data da reunião a recomendação é para tomar decisões com cautela para que não ocorra perdas decorrentes da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão. A Diretora Presidente comunicou que os repasses foram aplicados apenas no segmento aprovado na reunião do mês anterior em acordo com a política de investimento – em acordo com a resolução CMN 3.922/2010, no Art. 9º A, III e que os fundos credenciados pelas instituições do Banco do Brasil e Sicredi já estão aptos para verificação e possível aprovação do comitê: BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO E BB PERFIL, SICREDI MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA E SICREDI TAXA SELIC. Ficando os fundos aprovados para relocação e possível aplicação de repasse, considerando os limites da resolução em vigor e da política de investimento deste instituto, buscando diversificação e rentabilidade sem desprezar todas estratégias traçadas para 2021. Sem mais nada a tratar eu Grasielle Cristina de Oliveira Salazar da Mata Guimarães – Diretora de Administração e Finanças do QUATIS- PREV e membro deste comitê, assino a presente ata e pelos demais presentes.

  
Grasielle C. de O. S. da M. Guimarães  
Diretora Adm. Financeira

  
Katia Simone de Oliveira  
Diretora Presidente

  
Marcus Vinícius Mattos Águia  
Membro Comitê de Investimento